

PESTE SUÍNA CLÁSSICA

Evelyn Fiuza Brasil¹, Jéssica Carla Monteiro¹, Thaynara Sthefany Carvalho Tregues¹, Yasmin Queren Carvalho da Silva¹,
Idelvania dos Anjos Nonato² e Paula Angelica Correa².

¹ Discente no Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário de Belo Horizonte – Una Barreiro – Belo Horizonte/MG – Brasil – *Contato: evelynfiuzabrasil112@gmail.com

² Docente do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário de Belo Horizonte – Una Barreiro – Belo Horizonte/MG – Brasil

INTRODUÇÃO

A suinocultura é uma das atividades mais importantes economicamente no setor agropecuário brasileiro, e agentes infecciosos representam um desafio considerável para a produção e comercialização dessa atividade¹. A Peste Suína Clássica (PSC) e a Peste Suína Africana (PSA) são duas das enfermidades que mais causam impacto. Ambas são altamente contagiosas e causam altas taxas de mortalidade nos rebanhos. Sua presença pode comprometer a produtividade do país, pois leva a restrições sanitárias e a uma queda significativa na produção suína². Apesar de apresentarem sintomas clínicos semelhantes, essas doenças são causadas por vírus distintos e possuem diferenças marcantes em sua epidemiologia e controle. A Peste Suína Clássica, causada pelo vírus da peste suína clássica (VPSC), e que pode acometer não apenas suínos domésticos, mas também selvagens⁴, sendo o foco deste trabalho, que visa abordar seus principais aspectos sinais clínicos, métodos de diagnósticos, tratamento e sua prevenção com base em estudos de artigos.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho, foram utilizadas revistas científicas Google acadêmico e artigos científicos, visando uma boa base de informações.

Foram utilizados como descritos os termos: “suínos”, “Peste Suína clássica”, “Peste Suína Africana”, “vírus”, “PSC”, “PSA”, “suinocultura”, “infecção”.

RESUMO DE TEMA

Os suínos acometidos pela PSC podem apresentar sinais na forma hiperaguda, aguda, subaguda, crônica, aparecimento tardio, subclínica e assintomática. Mas é caracterizada por variedade nos sinais clínicos e com lesões do tipo hemorrágico³.

Os animais acometidos pela doença podem apresentar sinais como anorexia, depressão, emagrecimento progressivo, andar cambaleante e, em alguns casos, descoloração cutânea um pouco antes da morte. Muitos suínos também desenvolvem diarreia abundante, aquosa e amarelada. Alguns podem desenvolver pneumonias bacterianas secundárias, manifestadas por respiração com a boca aberta e respiração abdominal⁴.

Após o contato com o vírus os animais afetados aparecem doentes, anoréxicos e deprimidos com perda de pelo e febre. Os animais mostram sinais de frio e costumam se amontoar. Ao se passar algumas semanas após o contágio, há uma recuperação aparente, e os suínos afetados recuperam o apetite. Após a recuperação aparente os animais tem uma baixa e apresentam anorexia e depressão novamente, a morte surge dentro de 30 e 95 dias depois do início, ou até 3 meses após a infecção. O óbito é, muitas vezes, resultado de infecções secundárias³.

Em exames pós morte podemos observar alguns achados importantes da doença como esplenomegalia, hemorragias em múltiplos órgãos, pneumonia lobular, aumento dos linfonodos e úlceras necróticas em formato de botão na mucosa do trato gastrointestinal³.

O diagnóstico da PSA, envolve avaliação de diversos fatores, não apenas aspectos como as manifestações clínicas dos animais acometidos, epidemiologia e distribuição da doença devem ser levados em conta, mas também outras questões como manejo nutricional, instalações da propriedade e outros. Portanto, a avaliação clínica deve ser realizada de forma geral e abrangente, mas ao mesmo tempo minuciosa, além de compreender aspectos laboratoriais e necroscópicos, as técnicas de diagnóstico mais frequentemente utilizadas para a detecção e identificação do vírus da PSA são a imunofluorescência direta (IFD), teste de hemadsorção e reação em cadeia polimerase (PCR)⁵. Devido a constantes mutações do vírus da PSA e surgimento de variantes, muitas vezes o sequenciamento é recomendado em testes de PCR falso-negativos com suspeita clínica⁵. O teste ouro confirmatório indicado pela OIE é o

isolamento viral em cultivo celular e hemadsorção⁶. Para programas de controle e erradicação da PSA é indicado o teste de ELISA para detecção de anticorpos⁵. Na PSC é realizado testes para a detecção de vírus ou anticorpos. Os órgãos de eleição para diagnóstico de PSC são, amígdalas e o baço. As amígdalas são o primeiro órgão a ser infectado. Quando o suíno entra em contato com o vírus, as amígdalas, juntamente com o baço, são consideradas essenciais para o diagnóstico virológico. Outros tecidos a serem remetidos ao laboratório são gânglios retrofaringeos, parotídeos, mandibulares ou mesentéricos, rim e porções distais do íleo. O sangue de animais em fase aguda da doença é rico em vírus (em especial os leucócitos) e pode ser enviado para tentativa de isolamento do agente, nesse caso, deve ser coletado e armazenado em tubo com anticoagulante (Heparina ou ácido etileno diamino tetra-acético, EDTA). Os materiais para exame deverão ser remetidos ao laboratório sob refrigeração, nunca congelados. No caso de testes sorológicos, o material a ser remetido é o soro sanguíneo, podendo ser remetido resfriado ou congelado⁶. A PSC não possui nenhuma forma de tratamento, sendo que todos os animais que têm a doença confirmada são destinados, invariavelmente, ao abate sanitário, o que reforça a necessidade de enfoque nas medidas preventivas por meio de protocolos sanitários rigorosos que consigam evitar a entrada do agente nas instalações. O vírus se mantém vivo na carne, derivados e ambiente por meses, o que não causa problemas aos humanos, por não se tratar de doença zoonótica, mas faz com que a carne, carcaças, excreções e secreções sejam uma fonte de infecção relevante para animais sadios⁶.

A prevenção e o controle da PSC baseiam-se em rigorosas medidas de biossegurança e vigilância sanitária. Entre as principais ações, destacam-se a verificação da origem e do estado sanitário dos animais adquiridos, o controle da procedência e qualidade dos alimentos fornecidos e a restrição de entrada de pessoas, veículos e outros animais nas propriedades suínícolas. Em regiões onde a doença é enzoótica, a vacinação é considerada um método eficaz de prevenção; entretanto, como todas as vacinas disponíveis são de vírus vivos atenuados, sua utilização dificulta a diferenciação entre animais vacinados e infectados. Por esse motivo, a vacinação contra a PSC foi proibida no Brasil desde 15 de maio de 1998⁷. Por se tratar de uma doença de notificação obrigatória, é essencial a comunicação imediata entre médicos-veterinários, produtores e órgãos estaduais de defesa agropecuária, garantindo a rápida identificação da etiologia e a adoção de medidas de contenção. Desde 1981, o Programa de Combate à Peste Suína (PCPS) tem contribuído para a erradicação da doença, por meio de ações como diagnóstico laboratorial, abate e incineração de animais positivos, vacinação (antes da proibição) e monitoria sorológica⁸.

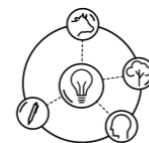
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PSC representa um dos maiores desafios sanitários para a suinocultura, devido à sua alta taxa de mortalidade, facilidade de disseminação entre os animais e a ausência de um tratamento eficaz. Apesar dos avanços científicos no diagnóstico e nas medidas de biossegurança, o controle da doença ainda depende essencialmente da vigilância constante, da tomada rigorosa de protocolos sanitários e da comunicação eficiente e clara entre produtores e autoridades veterinárias. A erradicação e prevenção da PSC são fundamentais e essenciais, não apenas para a segurança sanitária dos rebanhos e para garantir o bem-estar animal, mas também para preservar a competitividade da suinocultura brasileira no mercado global. Dessa forma, a conscientização dos produtores e o cumprimento das normas de biossegurança continuam sendo as principais ferramentas para impedir o ressurgimento da doença e proteger a sustentabilidade do setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Batista LM. Perspectivas da Peste Suína Clássica no Brasil [Trabalho de Conclusão de Curso]. Brasília: Centro

XVI Colóquio Técnico Científico de Saúde Única, Ciências Agrárias e Meio Ambiente



- Universitário de Brasília (UnICEUB); 2021. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15618/1/2962449.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.
2. Elizário AB. Peste suína clássica: sinais clínicos, epidemiologia e controle [Trabalho de Conclusão de Curso]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33257/4/PesteSu%C3%ADnaCl%C3%A1ssica.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.
 3. Oliveira LG, Oliveira MEF, Gatto IRH, Almeida HMS, Samara SI. Peste suína clássica: caracterização da enfermidade e ações de controle e erradicação adotadas no Brasil. *Rev Vet Zootec*. 2014;21(3):343–58. Disponível em:
https://web.archive.org/web/20180411094921id_/http://www.fmvz.unesp.br/rvz/index.php/rvz/article/viewFile/923/679#page=9. Acesso em: 12 out. 2025.
 4. Prata EM. Peste suína clássica: uma revisão de literatura [Trabalho de Conclusão de Curso]. Cascavel: Faculdade Assis Gurgacz (FAG); 2024. Disponível em:
<https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/anais/2024/Veterin%C3%A1ria%20-%20Sabrina%20Abreu3.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.
 5. Roche PM, Rosa JCA, Oliveira LG. Estudo comparativo e validação de três técnicas de PCR em tempo real (qPCR) para diagnóstico de Peste Suína Africana. *Pesq Vet Bras*. 2023;43:e07193. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pvb/a/gXWcBydphbNYpjZmX3Njf4C/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.
 6. Peres MG, et al. Diagnóstico laboratorial da Peste Suína Africana: uma revisão. *Ciênc Rural*. 2024;54(1):e20220730. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cr/a/DLyqbkkMchvnrSLHfxbvp/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.
 7. Oliveira DT, Henrichsen F, Pinzon PW, Curin L, Sperotto VR. Peste suína clássica – revisão de literatura. In: XVII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão; 2012; Cruz Alta, RS. Anais... Cruz Alta: Unicruz; 2012. p. 1–4. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2012/ccs/peste%20suina%20classica%20-%20revisao%20de%20literatura.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.
 8. Abreu S. Peste suína clássica (PSC). In: Anais de Medicina Veterinária / FAG; 2024; Cascavel, PR. Anais... Cascavel: FAG; 2024. p. 1–8. Disponível em:
<https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/anais/2024/Veterin%C3%A1ria%20-%20Sabrina%20Abreu3.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.